

Mais SUAS! Mais direitos! Mais cidadania! Contra o desmonte da Assistência Social!

Nas Conferências de Assistência Social e em muitos movimentos sociais pela garantia de direitos e o bem comum, foram formuladas as ideias e as propostas do que se conhece hoje em dia como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH\SUAS), A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) viabilizaram a criação de diversos serviços, programas e projetos da assistência social. Muito do que ainda precisa melhorar deve passar pelas Conferências, que são espaços deliberativos sobre como deve ser conduzida a política de Assistência Social.

Este ano o Conselho Nacional de Assistência Social convoca sob o tema "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS" a XI Conferência Nacional de Assistência Social, a ser precedida por Conferências Estaduais e Conferências Municipais.

Reconhecendo as Conferências de Assistência Social enquanto instâncias máximas de participação e deliberação sobre a política pública e enquanto espaço fundamental de formulação e construção da Política Nacional (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e reafirmando seu compromisso de defender as políticas públicas por meio de instâncias de controle e participação social, visando sua democratização, consolidação, ampliação do acesso e qualificação, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo organiza campanha de mobilização para a participação nas etapas municipais, estadual e nacional desta XI Conferência.

A campanha foi iniciada com eventos preparatórios realizados na sede e nas subsedes do CRP SP, com o tema "Contribuições da psicologia para a garantia de direitos e o fortalecimento do SUAS". Estes eventos tiveram por finalidade analisar a atual conjuntura do Sistema Único de Assistência Social e sua relação com as demandas sociais brasileiras, discutir o tema e os eixos temáticos da XI Conferência Nacional de Assistência Social e formular propostas de contribuições críticas da psicologia para a efetivação do SUAS e dos direitos socioassistenciais para serem levadas ao debate nas conferências.

Entendendo que esse debate se enriquece quando são consideradas as interfaces da assistência social com outras políticas públicas e com os debates sobre defesa de direitos, a campanha também envolve a mobilização de diversos núcleos temáticos do CRP SP.

Além do núcleo de Assistência Social, a campanha conta com contribuições dos núcleos de Criança e Adolescente, Psicologia e Deficiência, Psicologia e povos tradicionais, Psicologia e relações étnicorraciais, Laicidade e Religiosidade, Sexualidade e Gênero, Emergências e Desastres, Educação e Medicalização, Saúde e Justiça.

O resultado deste processo de debate são as propostas apresentadas neste material.

Tendo como mote geral "**Mais SUAS! Mais direitos! Mais cidadania! Contra o desmonte da Assistência Social!**", consideramos o momento peculiar em que se encontra a política de Assistência Social no país. Apenas um ano após a aprovação do II Plano Decenal do SUAS (2016 - 2026), enquanto resultado do processo conferencial de 2015, a conjuntura aponta para sua desconsideração, com exemplos flagrantes de seu descumprimento. Um dos exemplos mais emblemáticos são as propostas de alteração do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da chamada Reforma da Previdência, na contramão daquilo que deliberou a X Conferência Nacional da Assistência Social. Este processo não pode ser dissociado, também, de uma conjuntura de ataques à construção do SUAS e de retrocessos em relação à organização das ofertas socioassistenciais. Outro exemplo deste processo é o programa "Criança Feliz", que ignora e fere a construção republicana, ao longo de mais de uma década, de parâmetros para os serviços socioassistenciais e sua articulação com os benefícios e as transferências de renda. A atual conjuntura indica ainda que o próprio processo de controle social tem sido desqualificado. Não podemos, assim, ignorar que o momento é de rupturas do processo democrático.

Ao se posicionar contra os desmontes no SUAS e em defesa de mais direitos e mais cidadania, o CRP SP convida as(os) psicólogas(os) para uma participação ativa, qualificada e propositiva nas Conferências de Assistência Social, em defesa dos avanços alcançados nesta política pública, com ampla participação de psicólogas(os) nesta construção, mas também na disputa dos avanços que ainda se fazem necessários para ampliar as responsabilidades estatais com a proteção social, universalizar acessos e garantir direitos sociais universais enquanto condição inalienável da cidadania.

Bons debates, boa participação e boas conferências!

EIXO 3

Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais

Desafios:

Uso recorrente da destituição do poder familiar como alternativa nos casos de crianças que se encontram institucionalizadas. Tal medida, diversas vezes, ignora que tais famílias estão abandonadas pelas políticas públicas e possuem seus direitos violados, não sendo realizadas intervenções na direção de esgotar as possibilidades de retorno das crianças às famílias de origem conforme estabelecido no ECA. Construir formas de atuação intersetorial com a saúde, objetivando o cuidado integral.

Propostas:

1. Negar as Comunidades Terapêuticas como espaço de cuidado, sendo espaço de violações de direitos e tortura, não sendo possível qualquer associação de serviços públicos com tais instituições.
2. Propor espaços de diálogo entre as prefeituras e os respectivos órgãos de defesa civil para que o tema emergências e desastres seja discutido considerando-se a importância do psicólogo das políticas públicas nesse espaço.
3. Ampliar o número de Residências Inclusivas e Centros-Dia.
4. Fomentar a criação de consórcios intermunicipais para implementação e execução compartilhada dos serviços de Residências Inclusivas, isso em regiões em que a demanda municipal não justifique a implantação desses serviços.
5. Aprimorar, promover e ampliar a articulação e o debate sobre o direito a rede de proteção, convivência familiar e estratégias de atendimento de bebês e crianças filhas/os de mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social que estejam em situação de rua e/ou uso abusivo de álcool e outras drogas e/ou privação de liberdade visando também o protagonismo da mulher em sua maternidade.
6. Promover aprimoramento da articulação de rede intersetorial para garantir atendimento e acompanhamento às mulheres gestantes em situação de extrema vulnerabilidade social que estejam em situação de rua e/ou uso abusivo de álcool e outras drogas e/ou privação de liberdade, visando também seu protagonismo na maternidade.
7. Promover a educação permanente dos profissionais que atuam em acolhimento institucional na perspectiva da garantia de direitos ofertados à crianças e adolescentes acolhidas e suas famílias.
8. Promover e/ou ampliar a educação permanente, em todos os municípios e todas e todos trabalhadores do sistema socioeducativo (medidas socioeducativas) a fim de que consigam desenvolver crítica a respeito de sua atuação e a defesa dos direitos humanos, boas práticas educativas, priorizando espaços de discussões coletivas.
9. Efetivar a instituição de Comissões Permanentes Intersetoriais com finalidade de avaliar/viabilizar a política (para todos os entes federados) de enfrentamento as violações de direitos contra crianças e adolescentes.
10. Promover estratégias e ações para que as/os adolescentes em conflito com a lei e suas famílias sejam acompanhadas/os por toda a rede de políticas públicas e sistema de justiça, inclusive quando se encontram em privação de liberdade.
11. Garantir o acesso a todos os egressos do sistema prisional ao atendimento nos serviços de Assistência Social dos municípios sem qualquer distinção.
12. Desconstruir junto aos órgãos de gestão das Políticas Públicas de Assistência Social a lógica de práticas de estigmatização dos sujeitos egressos do sistema prisional.
13. Ampliar o número de ações da Política de Assistência Social junto às Políticas de Saúde voltadas às pessoas com Deficiência, especialmente aquelas usuárias dos serviços de Saúde Mental.
14. Ampliar o número de ações da Política de Assistência Social junto às Políticas de Educação voltadas às pessoas com Deficiência, especialmente aquelas usuárias dos serviços da Educação Especial.
15. Incluir no processo de educação permanente dos trabalhadores da assistência social as temáticas e os conteúdos relacionados às necessidades, demandas e especificidades, considerando a interculturalidade na atenção aos povos e comunidades tradicionais.
16. Incentivar a inserção de psicólogas e psicólogos nas políticas públicas e/ou pesquisas de atenção aos povos tradicionais.
17. Garantir por meio de ferramentas a participação no planejamento e criação de programas efetivos e duradouros que viabilizem o acesso da juventude negra e pobre aos programas de transferência de renda, serviços e benefícios socioassistenciais, possibilitando o rompimento com o ciclo de pobreza.
18. Promover espaços de diálogo intersetorial para garantir a articulação dos serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, visando o fortalecimento da rede de cuidados em casos de abuso sexual.